

NOVO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A AGRICULTURA PAULISTA: QUESTÃO EM DEBATEⁱ

Nelson Batista Martinⁱⁱ
José Sidnei Gonçalvesⁱⁱⁱ

1 - INTRODUÇÃO

A agricultura paulista e brasileira passou por profundas transformações nas últimas décadas. No período posterior a 1960, foi consolidado um complexo produtivo da agricultura que reforça o papel estratégico da produção agropecuária na dinâmica do desenvolvimento nacional. No processo de desenvolvimento econômico implantou-se um modelo de industrialização que irradiou-se por toda a economia e que produziu transformações radicais na agricultura. De um lado, levando à especialização da indústria metal-mecânica e química, produtora de bens de capital para a produção de maquinaria agrícola, fertilizantes e defensivos. De outro, abrindo espaço para uma grande expansão do segmento de processamento/distribuição, alavancado pela urbanização e abertura do mercado exterior, constituindo uma poderosa agroindústria. Essa é a face do chamado moderno padrão agrário, consolidando na agricultura um complexo produtivo que, rompendo as porteiras, ultrapassou os limites da fazenda (GONÇALVES & MARTIN, 1992 e MARTIN et alii, 1992).

À medida que a agricultura foi se desenvolvendo nos últimos vinte anos, novos atores foram surgindo e executando novos papéis, ou substituindo outros que já atuavam no setor. Assim, no início prevalecia apenas o setor público atuando

na área da assistência técnica à agricultura, numa ação de estímulos à adoção de novas tecnologias e insumos agropecuários. À medida que se organiza e se desenvolve a indústria de bens de capital para a agricultura (tratores, colheitadeiras, equipamentos, seccadores, beneficiamento, etc.) e de produção de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, etc.) e agrícolas (sementes, mudas, etc.), foram se estruturando departamentos técnicos que começaram a atuar diretamente junto aos agricultores, principalmente no Estado de São Paulo. Da mesma forma, do lado das agroindústrias processadoras, com o objetivo de obterem de produtos mais adequados à industrialização e com uma oferta que permitisse otimizar o processo industrial, surge toda uma estrutura técnica de fomento e desenvolvimento de produtos agrícolas que atuam junto aos produtores individualmente ou os integrando, exercendo uma assistência técnica especializada que é crescente no nosso meio.

Do lado dos produtores, visando obter maior rentabilidade, desenvolvem-se organizações que se tornaram complexas ao longo do tempo, envolvendo desde o apoio à produção, produzindo insumos, estocando, beneficiando e/ou transformando os produtos, buscando para seus produtores maior competitividade no mercado e procurando aumentar o valor agregado no produto agrícola.

Esse é o caso das cooperativas, desde as mais simples até as mais complexas, que chegam a distribuir seus produtos no mercado consumidor interno e externo.

Ao mesmo tempo, com o aumento da oferta de técnicos de nível superior e com a elevação do nível educacional dos produtores rurais, amplia-se significativamente o número de profissionais gerenciando seus empreendimentos agrícolas, técnicos especializados prestando serviços que vão desde a assistência tecnológica até o gerenciamento, informatização das atividades rurais e a elaboração e administração de projetos agropecuários. Além disso, cabe destacar a ação de profissionais de agronomia que atuam nas áreas de crédito agrícola dos agentes financeiros e do seguro rural.

Nesse contexto, as instituições públicas, que atuam no setor agrícola como caudatárias e produto dessa transformação, desempenharam um papel histórico relevante nesse processo, e delas se exigiu uma constante adequação à realidade para desempenharem a contento a função para as quais foram criadas. As transformações institucionais no setor público sempre vêm a reboque das transformações econômicas e sociais e, nesse sentido, as reformas administrativas, ao adequarem as instituições ao novo patamar de exigências do sistema produtivo, às vezes preservam e desenvolvem resquícios da antiga situação que são constantes obstáculos ao pleno desempenho de suas novas funções, o que expõe as

instituições à crítica generalizada da sociedade.

Para poder avançar nessa nova situação, em que funções antigas exercidas por órgãos públicos estão sendo ocupadas crescentemente por segmentos privados, comumente de forma mais eficiente e dinâmica, e que novas demandas estão surgindo na sociedade, torna-se necessária a formulação de um novo modelo de assistência técnica para a agricultura paulista, tendo como objetivo a agricultura que a sociedade do Estado de São Paulo deseja para o ano 2000. Além disso, necessita-se de uma adequada definição: a) dos papéis dos vários agentes que atuam na área, visando dispor de um sistema eficiente e dinâmico, buscando novas formas de relacionamento entre esses agentes, b) das fontes de financiamento de suas ações, e c) do papel do setor público nas atividades típicas de governo. O setor público não deve inibir a atuação naquelas áreas em que o setor privado é mais eficiente, mas sim se integrar a ele e criar condições para seu desenvolvimento.

Com o objetivo de aprofundar a questão, serão analisadas em seguida a evolução da assistência técnica pública e uma enquête efetuada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP)^{iv} junto aos diferentes agentes que atuam na agricultura paulista e os resultados de uma pesquisa realizada pela Research International junto a fazendeiros de 12 estados brasilei-

ros encomendada pela Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR).

2 - A EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA À AGRICULTURA PAULISTA NO PASSADO RECENTE

Ao se fazer uma análise retrospectiva do desenvolvimento da assistência técnica à agricultura no Estado de São Paulo verifica-se que sua formulação atual é produto da ação do governo estadual na década de 40, com o surgimento das Casas da Lavoura criadas em 1942, no bojo do antigo Departamento da Produção Vegetal, ao qual estavam subordinadas tanto a pesquisa como a assistência técnica agrônômica. Essa estrutura ganhou notável desenvolvimento e expansão, em face da estratégia de se disseminar o uso de insumos modernos na agricultura, o que inclusive levou mais tarde à criação do Departamento de Engenharia e Mecanização da Agricultura (DEMA), com vistas à expansão da mecanização da agricultura. Assim, em 1954, com a separação do Instituto Agrônomo resulta um único órgão à assistência técnica oficial, já totalmente consolidado. O agrupamento das demais áreas da assistência técnica à agricultura, como a de produção animal, deu-se com a criação da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), em 1968 (GONÇALVES & SILVA, 1985).

A assistência técnica oficial, de caráter tipicamente

fomentista antes de 1940, passou gradativamente a assumir um papel decisivo na difusão de insumos modernos e maquinaria agrícola. Essa forma de atuação estava basicamente calcada em abrir horizontes para o uso de fertilizantes, sementes melhoradas, defensivos e tratores como símbolo da modernização. As culturas e as propriedades eram pouco diferenciadas quanto ao objetivo geral e, embora, as mais dinâmicas apresentassem índices de tecnificação superiores, o modo de atuação preconizava o difícil trabalho de romper com a pouca propensão à inovação do agricultor tradicional. Esse trabalho assíduo de irradiação do padrão moderno teve uma participação da assistência técnica oficial paulista nas décadas seguintes (GONÇALVES & SILVA, 1985).

Esse mesmo processo de se construir uma dinâmica inovadora na agricultura paulista com a incorporação de insumos e máquinas modernas, cada vez mais, exigia uma reformulação na forma de atuação e nos objetivos da assistência técnica oficial.

A **primeira** questão posta é aquela inerente ao fato de que um grupo de culturas mais dinâmicas, em regiões também mais dinâmicas, apresentavam níveis de modernização mais acelerados e mais elevados que outras culturas e regiões. Essa diferenciação aprofundava a heterogeneidade estrutural da agricultura, colocando em cheque a postura de abrangência universal da assistência técnica pública.

A **segunda** questão é

devida ao fato de que, para uma mesma cultura e região, encontravam-se agricultores com diferentes desempenhos técnicos e isso abria um fosso cada vez maior entre grupos de agricultores, exigindo metodologias distintas e atuações diferenciadas para o cumprimento do papel precípua de reduzir as desigualdades, alavancando iguais oportunidades de modernização. O método do pacote tecnológico padrão não correspondia mais às exigências, pois as respostas dos adotantes eram distintas.

A **terceira** questão é o sentido **integral** dado à assistência técnica pública, procurando abranger não só um amplo elenco de ações, como produção e venda de sementes, avaliações e vistorias bancárias, fiscalização, defesa zoo-fitossanitária, além de outros serviços, como atingir cada produtor em cada município. À medida em que eram alongados os horizontes, elevando o número de agricultores atendidos, mais impossível ficava ampliar a ação estatal para abranger a todos e, como o trabalho concentrou-se, no início, nas regiões mais dinâmicas, justamente as mais necessitadas da fronteira Oeste e Sul eram as menos atendidas.

A Reforma de 1968 da Secretaria de Agricultura e Abastecimento tinha um diagnóstico com relativa precisão sobre essa questão que se tornava um ponto de estrangulamento na ação da assistência técnica. Definia que as ações de prestação de serviços não se coadunavam com

os objetivos fundamentais do trabalho extensionista. Por outro lado, a estrutura estava demasiadamente centralizada na sede, tanto administrativamente como na infra-estrutura, concentrando recursos onde eram menos necessários e um baixo atendimento em regiões carentes do Estado, onde inclusive as condições operacionais de trabalho eram extremamente precárias. Finalmente, a especialização seria a melhor forma de administrar uma instituição; logo, era preciso que a principal atividade desempenhada fosse de caráter educacional, deixando as demais para outras unidades (SÃO PAULO, 1971; SÃO PAULO, 1968).

Uma avaliação de 1972, contudo, já chamava a atenção para o fato de que os vícios dos sistemas anteriores ainda prevaleciam e a estrutura criada, englobando atividades paralelas e abarcando a prestação de serviços em níveis cada vez maiores, produzia uma permanência dos problemas da assistência técnica já detectados anteriormente (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, SP 1972).

As décadas de 70 e 80 iriam aprofundar os problemas da assistência técnica pública no sentido de sua inadequação institucional, frente ao desenvolvimento da assistência técnica privada, nas suas mais diferentes formas. Pois, por um lado, a implementação do II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND), em 1975, ampliaria as indústrias de insumos e maquinaria para a agropecuária e, por seu turno, expandiria de forma vertiginosa

as redes de assistência técnica à agricultura por essas indústrias, não só para testarem seus produtos junto aos agricultores, como para assessorar suas utilizações, através da demonstração do desempenho relativo dos insumos e máquinas, destacando suas qualidades e os diferenciando. Assim, um aspecto importante da atuação da assistência técnica pública era confrontado no processo de abertura de mercado para insumos e máquinas com a ampliação do número de adotantes. O importante era utilizar esses produtos, não havendo preocupação com as diferenças relativas, na fase em que a assistência pública trabalhava com uma formulação unitária de produto. Com o mercado já aberto, assumem importância a diferenciação de produtos no uso de insumos e máquinas, objetivando maior produtividade dos fatores de produção utilizados; daí o esforço das firmas de se firmarem nesse mercado competindo com produtos diferenciados. A produtividade maior do novo insumo ou máquina não dependia mais somente do uso, mas da utilização de uma variante específica do mesmo que oferecia maior produtividade por unidade utilizada, por ser mais eficiente. Daí o fato do papel da assistência técnica pública tornar-se praticamente normativa e de fiscalização, sendo literalmente substituída pela agressividade e proficiência das equipes técnicas das indústrias de insumos e máquinas.

Ao mesmo tempo, a presença das agroindústrias de

transformação e das cooperativas no fornecimento de insumos e serviços e na aquisição, transformação, padronização, embalagem e distribuição de produtos agropecuários, também, impactaram a dinâmica da agricultura. As atuações das agroindústrias e das cooperativas nas suas expansões passaram por definir exigências e integração para que conseguissem aumentar suas eficiências e competitividades e, com isso, passaram a atuar no planejamento das atividades dos agricultores, assumindo a assistência técnica visando atingir padrões mínimos determinados pelas exigências do processo industrial e do mercado consumidor. As agroindústrias e cooperativas constituíram, então, departamentos técnicos de assistência técnica multidisciplinares, eficientes e dinâmicos, roubando a cena da assistência técnica pública.

Além disso, ocorreu um imenso crescimento da estrutura de serviços diversos prestados à agricultura, pois, com a urbanização e melhoria do nível educacional das novas gerações de agricultores, estes têm acesso intenso aos meios de comunicação de massa e às novas técnicas gerenciais em decorrência da prática bancária com a utilização de recursos de crédito. Este fato transformou os agricultores, especialmente os profissionais, num gestor financeiro cada vez mais aprimorado e com isso interagindo com outros segmentos urbanos para serviços profissionais como os

escritórios de contabilidade, informática, firmas de planejamento, profissionais autônomos especializados, etc. A inserção do agricultor nesse contexto muda radicalmente sua relação com os órgãos técnicos, ampliando suas fontes de informação tecnológica, às quais acessam com maior rapidez, reduzindo consideravelmente sua dependência da assistência técnica pública. Neste contexto, mesmo os pequenos agricultores, participantes de organizações cooperativas e outras associações, têm as mesmas oportunidades que os agricultores profissionais.

Assim, os problemas da assistência técnica pública, pendentes desde a reforma de 1968, ficaram exacerbados, colocando por terra, de forma definitiva, o modelo institucional vigente. O rompimento com a inércia atual exige reformas profundas que não somente quebrem os obstáculos responsáveis pelo fracasso do modelo atual, na indefinição da atuação dessa ação estatal, como vislumbre um radical redimensionamento de esforços, redefinindo atribuições, objetivos e zonas prioritárias de atuação, com completa reestruturação da política estadual para a agricultura. É preciso resgatar de forma definitiva o sentido educacional da extensão rural pública, na medida em que é essencial para atuação governamental na implementação de programas de interesse público (conservação de solo e água e desenvolvimento regional), e visando a redução

das desigualdades regional e social (entre os agricultores). É fundamental a reestruturação do setor público agrícola na execução das atividades típicas de governo na área de fiscalização de fatores de produção, recursos naturais e na defesa sanitária animal e vegetal, atividades de interesse público intransferíveis. A participação dos agricultores e suas organizações e dos diferentes agentes, que atuam na agricultura na definição do papel Estado na formulação do novo modelo de assistência técnica à agricultura paulista, é de fundamental importância para fugir das diretrizes e decisões autoritárias engendradas pela burocracia dos órgãos públicos como os únicos detentores do monopólio do conhecimento na área da extensão e assistência técnica rural.

3 - CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA À AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Após as análises efetuadas é importante caracterizar a situação atual da assistência técnica à agricultura paulista, discutir a opinião dos diferentes agentes que atuam na área, a fim de estimular o debate sobre a questão, visando a formulação de um novo modelo de organização e ação. Isto será realizado através da análise dos resultados de uma enquete, que a Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) efetuou no

primeiro semestre de 1992, entre os diferentes componentes do atual sistema de assistência técnica.

3.1 - Características Gerais do Sistema Atual

Ao se considerar os nove componentes do sistema, verificou-se que o mais conhecido de todos foi o das cooperativas (100%), considerando-se os seus serviços prestados como de boa qualidade por 60% dos informantes e de qualidade razoável por 35%, sendo que 90% indicaram uma perspectiva de seu crescimento e foram consideradas como as mais importantes do sistema por 50% deles.

Os componentes que surgiram em segunda posição por indicação de agrônomos, cooperativas, funcionários públicos e agroindústrias foram os profissionais autônomos e do setor público (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI), com conhecimento de 95% dos consultados. No caso do Estado (CATI) 15% consideraram boa a qualidade de suas ações e 55% de qualidade razoável, sendo que apenas 40% consideraram que deve crescer; dos quais, apenas 25% a consideraram a mais importante. Quanto aos profissionais autônomos cerca de 50% consideraram os serviços prestados de boa qualidade e 50% de qualidade razoável, sendo que a perspectiva de 70% dos informantes é de crescer, e 53% a consideraram como o terceiro componente mais importante do sistema.

As firmas de sementes que atuam na prestação de serviços aos agricultores são conhecidas por 60% dos pesquisados que consideraram sua qualidade de boa a razoável e que elas tendem a crescer (67%) e foram consideradas por 50% como a quarta mais importante. As firmas de adubo foram consideradas com as mesmas características que as firmas de sementes pelos informantes.

As firmas de agrotóxicos foram citadas por 80% dos que responderam aos questionários, sendo que consideraram a qualidade dos serviços prestados como razoável (70%), com uma perspectiva de crescer de apenas 37% e foi indicada como o sexto componente do sistema.

Os serviços de assistência técnica prestados por agroindústrias de alimentos e fibras foram destacados por apenas 40% dos informantes que os consideraram de qualidade razoável, mas com 75% de perspectiva de crescer, e que hoje se situam como o terceiro de importância no sistema.

As firmas de planejamento agropecuário se colocaram em terceiro nível de importância e eram conhecidas por 70% dos informantes, sendo que a qualidade dos serviços prestados eram razoáveis e 50% consideraram que devem se expandir. As Faculdades de Agronomia que atuam no Estado eram conhecidas por 65% dos informantes e têm importância relativamente pequena no sistema, situando-se na quinta posição.

Os três componentes mais destacados por ordem de

importância indicada pelos informantes foram: cooperativas, CATI e os profissionais autônomos e firmas de planejamento. As cooperativas foram destacadas como o componente mais importante na área da assistência técnica, tendo em vista a relação permanente com os produtores, o apoio na comercialização e no fornecimento de insumos e serviços, abrangendo hoje um grande número dos produtores do Estado de forma contínua. Foi destacado também o trabalho integrado que desenvolve junto à assistência técnica privada (profissionais autônomos, firmas de planejamento e de empresas de insumos). O setor público representado pela CATI é colocado como o segundo em importância e deveria se dedicar aos agricultores carentes e aos programas governamentais, constituindo-se em órgão normativo, dedicando-se às atividades exclusivas do Estado como fiscalização e defesa.

3.2 - A Questão da Responsabilidade Técnica na Agricultura

A exigência da responsabilidade técnica que os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREAs) de alguns Estados estão implementando em nível da agricultura é uma questão controversa. Mas cerca de 65% dos questionários apresentam resposta favorável à exigência que todo o agricultor tenha um profissional como responsável técnico para as

culturas, acima de determinados parâmetros a serem fixados. Ao mesmo tempo, 50% das respostas indicavam que o CREA deveria definir parâmetros e exigir que os agricultores contratem responsáveis técnicos, com o objetivo de transformar a agricultura em uma atividade empresarial e visando a redução de riscos.

É evidente que a questão é complexa e que os pequenos produtores não teriam condições de suportar o ônus da medida. Mas isto poderia ser contornado via participação dos mesmos em cooperativas ou na formação de consórcios comunitários ou associações, que além de viabilizar a assistência e a responsabilidade técnica, permitiria melhorar o nível de comercialização de produtos e insumos, homogeneizar a tecnologia e produtos e ter acesso às políticas governamentais, seja através de financiamento com recursos próprios ou do Estado através de fundos destinados à agricultura, principalmente pela terceirização da assistência técnica à agricultura.

3.3 - O Papel do Estado no Novo Sistema de Assistência Técnica à Agricultura Paulista

Na opinião dos diferentes segmentos que compõem o complexo produtivo da agricultura no Estado de São Paulo, existe a necessidade de se definir com clareza o papel do setor público num novo sistema de assistência técnica à agricultura, a fim de não inibir o desenvolvimento dos

demais componentes, principalmente pelo processo de terceirização pelo qual está passando toda a economia e que inevitavelmente atingirá o setor agrícola. Para os que responderam os questionários encaminhados pela AEASP, cerca de 55% indicaram a importância da ação pública e que ao Estado caberia o papel principal de: agente de difusão de tecnologia (25%), fiscalização e defesa sanitária animal e vegetal (25%) e programas governamentais (5%). Apenas 35% consideram que o Estado deve prestar uma assistência técnica geral em todo Estado. Há uma convicção de que nas regiões mais desenvolvidas do Estado o trabalho do setor público deverá ser integrado às cooperativas e assistência privada (70%), enquanto que nas regiões menos desenvolvidas deverá priorizar os pequenos produtores e áreas de programa de interesse público (conservação do solo e da água e recuperação florestal).

Ao mesmo tempo verificou-se que o Estado deve centrar suas atividades na defesa sanitária, fiscalização de insumos e na conservação dos recursos naturais, especialmente em solos, segundo 80% dos informantes. A questão do treinamento de mão-de-obra e de profissionais técnicos foi destacada como papel do Estado em 70% dos questionários. É importante considerar que, nas atividades agropecuárias prioritárias do Estado, este deve prestar serviços de assistência técnica via cooperativas e associações (60%).

Por outro lado, 50% dos informantes consideram que a municipalização das Casas da Agricultura não é o caminho para melhorar a atuação do setor público, pois cerca de 60% consideram que com a municipalização os técnicos não farão assistência técnica e extensão rural e sim tenderão a atuar nas questões de abastecimento, arborização urbana, jardinagem, etc.

A grande maioria, cerca de 65%, considera que a CATI não vai melhorar sua atuação somente com aumento salarial, pois 90% consideram que além da solução da questão salarial é fundamental a organização e o gerenciamento de programas de médio prazo, descentralizando o processo de decisão e eliminando os níveis hierárquicos intermediários e a burocracia que consomem os recursos e deixam indefeso o profissional que atua junto aos produtores e suas organizações. A mudança freqüente da programação sem ouvir os interessados, os agricultores e suas organizações, em função da estrutura autoritária do setor público agrícola paulista e da freqüente mudança de dirigentes, leva a um enorme desperdício de recursos e inviabilizam qualquer programa com horizonte superior a um ano, o que compromete toda atuação do setor público, uma vez que na agricultura é impossível viabilizar qualquer programa ou projeto com horizonte inferior a três anos de duração.

Um aspecto que coloca em questão a visão da abrangência universal da assistência

técnica pública paulista é a distribuição espacial dos seus técnicos, uma vez que regiões modernas e de agricultura desenvolvida, como Ribeirão Preto e Campinas, onde teoricamente a ação pública deveria ser dispensável ou reduzida, são aquelas nas quais estão concentrados o maior número de técnicos. Por outro lado, regiões que se caracterizam por um subdesenvolvimento crônico, como o Vale do Ribeira, o sudoeste do Estado, o Pontal do Paranapanema e a Nova Alta Paulista, com uma exígua organização da produção em poucas cooperativas, além da pequena presença da agroindústria, são exatamente as menos dotadas de recursos humanos. Portanto, onde a extensão rural é necessária, ela não dispõe de recursos e onde ela se faz menos exigida é superdimensionada. A própria política de recursos humanos induz a esse problema, pois, contraditoriamente, a estrutura salarial é crescente quando se desloca para a sede, face às normas vigentes de gratificações de direção, quando deveria preconizar exatamente o contrário, estimulando com maior salário os técnicos das regiões menos favorecidas.

3.4 - O Papel dos Outros Componentes no Novo Sistema de Assistência Técnica à Agricultura Paulista

Quanto às firmas de insumos e máquinas agrícolas, observa-se que os serviços prestados por essas

organizações enquadram-se mais como vendas (50%) e que os profissionais que atuam nesta área não se integram (50%) com os demais componentes do sistema.

Por outro lado, 70% dos informantes consideram que as cooperativas devem aumentar os serviços de assistência técnica, independente da cobrança dos seus custos aos agricultores. É evidente que os cooperados, que recebem assistência técnica sistemática, deveriam ter certa participação nos custos dos serviços prestados pelas cooperativas.

Ao mesmo tempo, há unanimidade entre os informantes quanto à necessidade de participação ativa das Faculdades de Agronomia na capacitação e reciclagem dos profissionais e que só supletivamente devem prestar serviços técnicos especializados em nível dos agricultores.

3.5 - A Opinião dos Proprietários Rurais do Centro-Sul Brasileiro

A agricultura do Centro-Sul do Brasil, que concentra praticamente 90% da produção agrícola nacional, foi objeto de uma pesquisa realizada pela Research International com proprietários rurais de 12 Estados, em outubro de 1991, encomendada pela Associação de Marketing Rural (ABMR), visando traçar um perfil dos produtores como consumidores de insumos agropecuários. Segundo resumo da pesquisa, publicada pela

AGROFOLHA (1992), cerca de 42% dos agricultores comercializavam sua produção através de cooperativas, 69% dos que exploram lavouras e 60% dos pecuaristas adquirem insumos nesse tipo de organização.

Quanto à assistência à agricultura, os dados da pesquisa indicam como os fazendeiros são atendidos. Assim, cerca de 56% buscam assistência nas cooperativas, 41% com técnicos autônomos ou das indústrias de insumos, máquinas e equipamentos e das agroindústrias, 20% em órgãos governamentais, 16% nos vizinhos e 14% nos sindicatos. Essas informações estão consistentes com a pesquisa efetuada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), que foi comentada no capítulo anterior.

Outras informações relevantes da pesquisa da ABMR é que apenas 26% dos fazendeiros pesquisados eram analfabetos ou tinham curso primário incompleto; 37% tinham primário completo/ginásio incompleto; 11% com ginásio/colégio incompleto; 14% com colégio/superior incompleto e 12% com superior completo. Esse perfil dos produtores deverá ser considerado como um fator de suma importância na formulação de um novo modelo de assistência técnica à agricultura, especialmente em São Paulo.

Portanto, essa pesquisa, que dispõe de dados importantes sobre acesso ao crédito rural, investimentos, tipo de insumo e local de aquisição, etc., poderá fornecer subsídios a

todos os componentes do complexo produtivo da agricultura paulista, na formulação de novas alternativas a serem propostas e/ou dinamizadas no atendimento dos agricultores, especialmente os profissionais da agricultura.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão em pauta é polêmica e necessita que seu debate seja aprofundado, para que a formulação de um novo sistema de assistência técnica à agricultura paulista tenha uma participação de todos os envolvidos, especialmente os agricultores e suas organizações. É necessário que a proposta a ser implementada no futuro não seja monopólio dos órgãos do setor público, que de forma autoritária e exclusivista tendem a querer definir o que é bom para o Estado e para o complexo da produção agrícola estadual.

Nesse contexto há unanimidade de opinião em todo o sistema de que a AEASP tem um papel importante na articulação e na coordenação dos debates sobre a questão, como uma das mais importantes organizações não-governamentais diretamente vinculada à agricultura paulista. Dessa forma, será possível aprofundar os debates visando gerar um novo sistema de assistência técnica à agricultura no Estado de São Paulo.

A fim de se aprofundar o debate sobre a questão seria interessante discutir uma proposta que foi formulada por

alguns dos que responderam aos questionários que foram encaminhados pela AEASP para os mais diferentes componentes do complexo da produção da agricultura estadual. A proposta indica que competiria ao Estado o planejamento e a definição de metas de um sistema de assistência técnica com a participação do setor organizado da agricultura e seria responsável pela normatização e fiscalização de insumos e produtos agropecuários e pela defesa sanitária animal e vegetal, com a participação dos demais setores. As cooperativas, profissionais autônomos e firmas de planejamento, agroindústrias e indústria de insumos e bens de capital para a agricultura seriam responsáveis pela atuação junto aos produtores, com apoio direto dos órgãos de pesquisa públicos e privados. A produção de sementes e mudas comerciais poderia ser mais privatizada e, quando necessário, estimulada via cooperativas para atender programas governamentais, produzindo o Estado as sementes básicas e seus materiais genéticos, transferidas diretamente à multiplicação comercial mediante contratos da pesquisa agropecuária com empresas privadas e cooperativas.

Uma forma que permitiria uma melhor alocação dos recursos na assistência técnica pública, melhor remuneração para os recursos humanos e melhor fiscalização pelos próprios interessados é a terceirização da assistência técnica da Secretaria de

Agricultura e Abastecimento (SAA), com a contra-tação pela Pasta de serviços técnicos especializados

mediante projetos e metas estabelecidas, por meio de contratos tripartites, envolvendo organizações da produção (cooperativas, associações, consórcios ou outra forma jurídica definida), a SAA e empresas de serviços técnicos (também de qualquer forma jurídica: cooperativas de trabalho ou micro-empresas). Esse tipo de contrato, envolvendo responsabilidades definidas, teria como partícipe e fiscal permanente o próprio interessado: o agricultor. Por outro lado, liberaria os

quadros públicos da assistência técnica para ensejar programas localizados de âmbito regional, atuando com o conjunto de agricultores não organizados e com atividades predominantemente educativas. Além das propostas sugeridas é de suma importância o surgimento de outras, visando aprofundar o debate no sentido de que se formule uma de consenso de todos os componentes do *agribusiness* paulista, sempre tendo como meta o desenvolvimento da agricultura estadual.

NOTAS

LITERATURA CITADA

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, SP. **Desenvolvimento da agricultura paulista**. São Paulo, IEA, 1972. 320p.

GONÇALVES, José S. & MARTIN, Nelson B. A dinâmica capitalista e a agricultura: crítica ao conceito estático de agricultura da abordagem tradicional. **Agricultura em São Paulo**, SP, **39**, 1992 (no prelo).

_____ & SILVA, L.R.M. da. A questão atual das relações pesquisa agropecuária/extensão rural em São Paulo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 12, São Paulo, 1985. FEA/USP, 1985. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 1985. p.656-672.

MARTIN, Nelson B. et alii. A performance da agricultura do Estado de São Paulo e suas regiões agrícolas no período pós 70. **Agricultura em São Paulo**, SP, 39 (1): 97-131, 1992.

PESQUISA traça perfil do produtor rural. **Folha de São Paulo**, SP, 15 set. 1992. Agrofolha, p.4.
SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. GERA. **Reforma Administrativa do Serviço Público Estadual**, São Paulo, 1962, p. 27-29, 46-47, 65- 67, 77-81, 86-88, 101-103. (Coletânea, 2)

_____ ; _____. São Paulo, GERA, 1971. 152p. (Coletânea, 15)

¹Este trabalho é resultado do desenvolvimento de documento elaborado pelos autores por solicitação da Presidência da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, que está promovendo um amplo debate sobre a questão visando o desenvolvimento da agricultura paulista para o ano 2000. Assim, objetiva contribuir para o debate dessa importante questão da agricultura estadual. As propostas e opiniões contidas neste artigo são de exclusiva responsabilidade dos autores. Recebido em 23/10/92. Liberado para publicação em 26/11/92.

²Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Engenheiro Agrônomo, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

⁴A enquete da AEASP foi efetuada através do envio de 300 questionários a cerca de 300 instituições e componentes do complexo produtivo da agricultura paulista, com um retorno de 10% dos questionários enviados, índice esse aceitável tecnicamente neste tipo de pesquisa de opinião de acordo com padrões internacionais (estimado em 5%), os quais foram utilizados na análise. A enquete foi realizada no primeiro semestre de 1992.